

A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História

The importance of the material culture and Archaeology in construction of the History

Carlos Xavier de Azevedo Netto¹

xaviernetto@pesquisador.cnpq.br

Amilton Justo de Souza²

amiltonjusto@yahoo.com.br

Resumo. Este trabalho discute a importância da cultura material como documento de construção da História. Inicialmente, destacamos algumas limitações do documento escrito em relação aos aspectos materiais da cultura. A seguir, apresentamos a importância desses vestígios materiais frente aos documentos escritos e da Arqueologia como *locus* da construção desse tipo de informação. Finalmente, apontamos a cultura material como responsável por trazer para o primeiro plano de estudo as práticas rotineiras do cotidiano na sociedade, consideradas como formas de representação das práticas culturais na interação entre Arqueologia e História. Este texto se utiliza de suportes teóricos da História, Arqueologia, Semiótica e Ciência da Informação.³

Palavras-chave: História, Arqueologia, cultura material, documento.

Abstract. This article discusses the importance of the material culture as a document of construction of the History. Firstly, we highlight some limitations of the written document in relation to the material aspects of culture. Secondly, we present the importance these material vestiges vis-à-vis written documents and of the Archaeology as a *locus* for the construction of this kind of information. Finally, we point out the material culture as responsible for bringing to the first plan of study the routine practices of the daily life in society, considered as forms of representation of cultural practices in the interaction between Archaeology and History. This article makes use of theoretical supports from History, Archaeology, Semiotic and Information Science.

Key words: History, Archaeology, material culture, document.

¹ Graduado em Arqueologia, doutor em Ciência da Informação, professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), bolsista de produtividade do CNPq.

² Licenciado em História, bacharel em Turismo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHIS20) e do Grupo de Pesquisa Saberes Históricos: Ensino de História, Historiografia e Patrimônios.

³ Partes deste texto, em certa medida, é uma versão revista e alterada, além de condensada e ampliada simultaneamente, da Monografia: *A importância da Arqueologia na construção da História*, de autoria de Souza (2005). Condensada em termos de páginas, mas, ampliada em termos de obras e tratamento teórico-metodológico. Agora apresentado em co-autoria entre Souza e Azevedo Netto.

As formas pelas quais o homem se relaciona com os outros e o seu meio passam a temática da informação. Para entender os processos histórico-culturais buscam-se nas formas de representação do passado, mediante o exame de documentos, os indícios do comportamento das comunidades humanas. Entendendo que a informação é um artefato humano, como indica Pacheco (1995), procuramos demonstrar como o estudo da cultura material pode contribuir para uma melhor compreensão do passado do homem. Destacamos, porém, algumas limitações da documentação escrita frente aos vestígios materiais da cultura, além de relacionarmos com o documento escrito a História oficial e tradicional.

Assim, pretendemos estabelecer a relação da cultura material como representação de um comportamento passado que reflete a cotidianidade das culturas humanas. Para tanto, recorremos a fundamentos da História, Arqueologia, Semiótica e Ciência da Informação, a fim de que possamos entender como se constitui o documento, efetivado pelos objetos produzidos e utilizados pelo homem em suas práticas socioculturais cotidianas e como se expressa nas evidências materiais do passado. Incluímos, neste aspecto, os elementos culturais e naturais, que se tornam culturalizados. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir a cultura material como documento das práticas cotidianas e como forma de construir a história dos segmentos socioculturais excluídos da abordagem oficial e tradicional da História.

Algumas limitações do documento escrito

Concentraremos nossa discussão, inicialmente, sobre algumas limitações do documento escrito, o qual é uma das fontes tradicionalmente utilizadas pela História. Observamos que os estudos sobre a natureza e conceitualização dos documentos, vistos como formas de representação, estão afeitos a uma dimensão semiótica da informação, independentemente de sua essência ou configuração, como foi apontado por González de Gómez (1993). Portanto, quais seriam essas limitações, quando se trata de documentos escritos?

De acordo com Cadiou *et al.* (2007, p. 120-121), o termo *documentum*, é “o que serve para instruir”, do verbo *docere*, que deu origem à palavra ‘doutor’, ou seja, vindo “a designar qualquer escrito que servisse de prova ou informação”. Para a Associação dos Arquivistas Brasileiros, o documento é definido “como qualquer informação fixada em um suporte” (AAB *in* Lopez, 1996, p. 16). Já segundo Martins (1996, p. 93), o documento “é o texto escrito à mão, seja qual for o instrumento

auxiliar, seja qual for a matéria que o receba [...]. Mas uma convenção por todos admitida reserva esse nome aos ‘manuscritos’ em papel, papiro ou pergaminho [...]”, restringindo às inscrições em pedra, marfim, bronze ou mármore, o nome de gravura ou escultura. Dessa forma, o documento para a História parece se limitar somente ao texto escrito. Apesar disso, Dosse (2003, p. 16) constata, em relação aos primórdios dos estudos da História, a valorização da percepção da oralidade em detrimento da escrita, pontuando que, nesse momento, “[...] o relato histórico ouvido faz acreditar que o olho escreve [...]”. É o momento em que o estatuto conferido ao escrito é desvalorizado”. Tal relação vai se inverter somente nos séculos XV e XVI, com o Renascimento e seu interesse pelo período antigo e pelos clássicos.

Podemos dizer então que, até o século XIX, o documento era pensado somente como texto escrito e prova de verdade, e os vestígios arqueológicos serviam apenas como enfeite e ilustração. Entretanto, isso começa a mudar com a escola dos *Annales*, de acordo com o que anota Pesez (1998, p. 183), já que “ela abriu amplamente o domínio do historiador, em particular introduzindo nele a cultura material”. Nesse sentido, ao falar da relação entre poder e saber na Idade Média e do critério de autenticação baseado na autoridade e nos poderes, Dosse (2003, p. 30) destaca a produção dessa História, exclusivamente, como História oficial, ao estabelecer que:

A relação poder e saber é, então, estreitamente circular e não há outra história que a história oficial. Quando o historiador Rigord escreve a história do rei Felipe Augusto ao redor de 1200 a pedido do abade de Saint-Denis, ele deve submeter sua obra ao rei antes da publicação para que só então ela se torne, pela autoridade do rei, um monumento público.

Portanto, os historiadores que quisessem escrever uma história que mantivesse relação com a verdade deveriam ter seus trabalhos aceitos e aprovados pelas autoridades. Dosse (2003, p. 31) ainda completa: “Mas, por outro lado, dizer a verdade expõe ao pior e ninguém pode, abertamente, denegrir os comanditários ou as autoridades que devem avaliar o discurso histórico”. Em outras palavras, essa história que era realizada com base apenas no documento escrito era feita com o aval dos dominadores, das elites, dos chamados “grandes homens”. Por isso, Le Goff (1998, p. 28, grifo do autor) afirma que a História Nova nasce, em grande medida, “de uma revolta contra a história *positivista* do século XIX”, procurando impor sua atuação nas décadas de 1950 e 1960, principalmente, contra esse modelo de História, que era positivista e oficial.

Para esclarecer melhor, podemos resumir a diferença e o contraste entre a História Tradicional e a História Nova em seis pontos, de acordo com Burke (1992, p. 10-16):

(i) Para o paradigma tradicional, “a história diz respeito essencialmente à política [...]. Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana”;

(ii) Enquanto “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos [...]”, por outro lado, a nova história “rejeita a história dos acontecimentos (*histoire événementielle*) ‘como não mais que a espuma nas ondas do mar da história’”;

(iii) Enquanto “a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais [...]”, pode-se dizer que, “vários novos historiadores estão preocupados com ‘a história vista de baixo’; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns [...]”;

(iv) Pode-se dizer que, segundo “o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos”, ou seja, “em registros oficiais emanados do governo e preservados em arquivos”,⁴ enquanto para a nova história, “os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial”, e, por isso, “necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes”;

(v) Para a história tradicional, quando “um historiador pergunta ‘por que Brutus apunhalou César?’”, ele quer dizer, ‘o que Brutus pensou, o que fez com que ele decidisse apunhalar César?’”, entretanto, para os novos historiadores, esse modelo de explicação “falha na avaliação da variedade de questionamentos dos historiadores [...]”;

(vi) “Segundo o paradigma tradicional, a história é objetiva”, ou seja, “a tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, [...] dizer ‘como eles realmente aconteceram’”, enquanto para os novos historiadores, “por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular”.

Críticas como essas contribuíram para que autores externos ao movimento dos *Annales* e da Nova História, como Rémond (1996), partissem em defesa da História política que, hoje, não é mais a mesma. Foi em defesa

de uma História política renovada, e tendo por base a própria terminologia braudeliana, que Rémond (1996, p. 34-35) afirmou:

Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de recrutamento, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.

Segundo Rémond (1996, p. 35), isso responderia à crítica “relativa ao suposto caráter superficial do político, comparado à profundidade que se atribui a outros componentes, como comportamento familiar, estruturas sociais, *habitus*”. Para ele, que continua a defesa:

A queixa teria fundamento se nos prendêssemos a uma definição estreita do político, que o isolasse das outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual. Mas a história política [...] aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social (Rémond, 1996, p. 35-36).

Apesar dessa defesa, a crítica desenvolvida pela Nova História dos *Annales* se dirigia, principalmente, contra a História positivista e, exclusivamente, política, de acontecimentos efêmeros ou de curta duração, também denominada de *histoire événementielle*, a qual foi vista como apenas “a espuma nas ondas do mar da História”, conforme citado anteriormente. Com isso, não estamos defendendo, no entanto, que o estudo dos “grandes homens” da política, por exemplo, e dos acontecimentos de curta duração devam ser abandonados.

Tendo em vista essa concepção crítica formulada pela Nova História, por outro lado, a História oficializa

⁴ Essa foi uma das contribuições do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), que expôs as limitações das fontes narrativas/crônicas, enfatizando a necessidade de basear a História em documentos escritos e oficiais preservados em arquivos. O preço foi a negligência de outros tipos de evidência, e, por isso, o período anterior à invenção da escrita ainda hoje é visto como uma Pré-História (Burke, 1992).

a interdisciplinaridade no seu corpo, na medida em que, de acordo com Le Goff (1998, p. 16), o conceito de documento se alarga, pois:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.

Desse modo, com a escola dos *Annales* e, mais ainda, com a Nova História, o conceito de documento se expandiu de maneira extraordinária, visto que foram as pioneiras em propor essa sistematização para todos os períodos históricos. Apesar dos modernistas já trabalharem com essa diversidade de fontes, a História, que antes tinha como base apenas o documento escrito, desenvolvendo um relato histórico tradicional e oficial, começa a basear-se nos mais variados tipos de documentos para a sua produção. Para Le Goff (1998, p. 29), essa explosão documental é “em parte, resultado do desejo do historiador de se interessar, de agora em diante, por todos os homens”. E assim, segundo Lopez (1996, p. 17), “a busca de uma totalidade passível de ser inserida na longuíssima duração, na história ‘quase imóvel’ abre um campo de pesquisa histórica cujos limites parecem não existir”. É por isso que a Nova História, com seu interesse por todos os homens, incluiu, como documentos, desde produtos de escavações arqueológicas até o uso de uma ferramenta, portanto, a arqueologia e a cultura material em si.

Segundo Funari (2006), se o século XIX se interessou quase que exclusivamente pelo passado, por intermédio de estudos com escrita, no início do século XX o passado mais recuado gradativamente passou a chamar a atenção dos historiadores. Para Funari (2006, p. 90, 94), a partir desse momento, “as fontes arqueológicas passaram a ser parte integrante e essencial da pesquisa histórica e os bons historiadores, mesmo quando não se dedicam, no detalhe, à cultura material, não deixam de levá-la em conta”. Em outras palavras, ele afirma: “Nunca as fontes arqueológicas foram tão difundidas entre os historiadores”.

Voltando à questão inicialmente formulada sobre as limitações do documento escrito, podemos apontar, de acordo com Vovelle (1998), uma destas limitações. Segundo este autor, com a descoberta de novas fontes

organizáveis em série, como o registro paroquial, por exemplo, a “valorização geral do documento ontem considerado insignificante para no momento em que não há mais documento escrito”. Dessa forma, continua ele, a continuidade “é assegurada por essas fontes diferentes, cuja própria natureza impõe uma leitura mais ampla: a escrita perde seu privilégio, enquanto assumem importância a arqueologia [...]” (Vovelle, 1998, p. 78), e, mais especificamente, a cultura material.

Podemos apontar também como uma das principais limitações do documento escrito, de acordo com Pesez (1998, p. 203), a sua rápida deterioração em relação aos vestígios materiais da cultura. Segundo ressalva este autor, as fontes escritas “se rarefazem bem depressa – na escala do passado – à medida que remontamos no tempo, até desaparecerem totalmente. Só permanecem, então, os vestígios materiais [...]”, os quais, como documentos da Arqueologia, podem nos dar informações acerca da cultura material. Assim, se nos limitássemos à exploração das fontes históricas tradicionais, ou seja, aos documentos escritos, o estudo da cultura material ligado à História logo se chocaria contra uma barreira intransponível, porque:

Na época em que a escrita é rara, em que ela é o privilégio da minoria, em que sua raridade a valoriza a ponto de conferir-lhe um caráter quase sagrado, os fatos que ela registra não são aqueles de que se nutre a história da cultura material. O letrado evita se atardar no que consideraria um falatório inócuo: descrever o que seu leitor conhece perfeitamente por estar presenciando, o que é familiar a todos por ser cotidiano (Pesez, 1998, p. 203).

Por isso, Pesez (1998, p. 204) acrescenta a seguinte pergunta: “e que há de mais familiar, de mais cotidiano, do que aqueles gestos, aqueles objetos, aqueles usos que constituem a cultura material?”. Lembrando ainda, sobre a raridade da escrita, que: “[...] se, por acaso, o letrado é levado a mencionar alguns desses objetos, o faz com uma palavra [...] que fornece ao historiador menos informações do que questões”.

Outra limitação do documento escrito apresentada por esse autor relaciona-se com o estudo da casa. Neste caso, o historiador valoriza apenas as construções da elite e deixa de lado, por exemplo, a casa do camponês. Isso significa, segundo ele, que:

O historiador é o que menos está à vontade, amarrado por uma documentação limitada às construções de prestígio ou aos dados econômicos: o castelo, a residência burguesa lhe são mais acessíveis do que a morada

camponesa [...] Quando não é radicalmente ignorada. Quanto à Idade Média, com maior razão ainda quanto à Antiguidade [...] e as coisas pouco mudam com os Tempos Modernos [...] (Pesez, 1998, p. 197).

Esse autor acrescenta, ainda, citando o exemplo da Paris da Idade Média, que a documentação escrita mal registra as dimensões das casas ou detalha a distribuição da moradia comum. E lembra que a História oficial e tradicional “negligenciou a aldeia e seus habitantes, dedicando toda a sua atenção para o estudo dos domínios, dos lucros senhoriais, da produção dos cereais e do vinho”, ou seja, à força “de estudar o preço dos grãos, por vezes esqueceu-se os que os consumiam (Pesez, 1998, p. 210-211). Percebemos, desse modo, como dizem Cadiou *et al.* (2007, p. 124), que a exploração dos dados fornecidos pelo estudo das fontes materiais abriu novos caminhos para a pesquisa histórica, “em esferas pouco ou mal cobertas pelos textos literários, como por exemplo a história econômica e social, a história das representações ou das técnicas”.

Finalmente, outra limitação que apontamos remete aos manuais de ensino de História, que desprezam o estudo da cultura material, com exceção, talvez, dos manuais consagrados à Antiguidade, pois, conforme Pesez (1998, p. 182):

No caso da antiguidade, o historiador trata de tempos tão remotos, que os aborda um pouco do modo como o etnógrafo aborda os povos exóticos – tanto pelo vestuário, pela alimentação, pelas técnicas, como pelas crenças e pelos costumes [...].⁵ Fora dos capítulos consagrados aos tempos mais remotos, nossos livros de história se limitavam a saudar [...] o moinho de água [...] e a invenção de Gutemberg [...], até a máquina a vapor que puxava todo um trem de progressos técnicos. Em suma, o factual da história material dos homens [...].⁶

Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção da Antiguidade, esses manuais de ensino de História mencionam apenas aqueles episódios marcados como grandes acontecimentos da cultura material, os quais são considerados como algo que é exceção, ou seja, que não é

rotineiro e cotidiano. Por esse motivo, esses historiadores, com o uso da escrita, tem evitado, geralmente, o que consideram um falatório inofensivo e sem importância. Assim, rejeitam a descrição do que a própria sociedade já conhece, por estar presenciando, e escolhem descrever aquilo que é extraordinário, exótico e diferente do rotineiro, já que, de certa forma, isso causa impacto.

Mesmo apontando essas limitações das fontes escritas, não estamos pretendendo substituir uma hierarquia por outra, a dos textos escritos pela das fontes materiais, pois, assim como Cadiou *et al.* (2007, p. 124), acreditamos que tal questionamento dos documentos escritos e/ou dos textos literários é salutar quando leva o historiador a confrontar diferentes tipos de fontes, como estamos propondo. Mas, isso se torna “contestável quando, em nome de uma espécie de ‘corrida pela novidade’, o especialista acaba substituindo inutilmente uma hierarquia por outra”. Por isso, vale lembrar, como o fazem Cadiou *et al.* (2007, p. 124), que

[...] os vestígios arqueológicos ou as imagens não falam por si sós [...]. Para que possam ser compreendidos, é necessário inseri-los em seu contexto, relacioná-los a descobertas similares e confrontá-los a outros documentos (sobretudo aos textos, se houver). Sem essa operação, um fragmento de muro, de vaso, ou uma moeda fornecem apenas informações isoladas.

Além do mais, como dizem estes autores, sabemos que é uma ilusão querer opor uma suposta objetividade das fontes materiais a uma subjetividade dos textos literários, porque, “[...] um sítio arqueológico não é um documento mais ‘autêntico’ que a obra de um autor antigo transmitida indiretamente pelos copistas medievais: ele levanta outras questões, relacionadas igualmente à mediação do arqueólogo pelo processo de escavação” (Cadiou *et al.*, 2007, p. 124-125). Um exemplo é o descarte que está presente no próprio processo de escavação arqueológica, pois, conscientes de que não podem conservar tudo que está sendo escavado num sítio arqueológico, os arqueólogos realizam escolhas e decidem o que deve ser descartado ou não (Funari, 2006).

⁵ Como a Antiguidade faz parte da chamada História Geral, acreditamos que o que Pesez menciona não se limita só à França, aplicando-se também ao Brasil, já que fazemos parte da História ocidental cristã. Alertamos, porém, que mesmo o termo “geral”, deve ser visto com reticências, para que não esqueçamos a força do europeicentrismo etnocentrismo presente na História e na historiografia, isto é, de imposição da História europeia ocidental cristã para o mundo. Por outro lado, perguntamos se o que ocorreu no espaço da língua alemã, onde o termo “História” (no sentido coletivo e singular, designando acontecimento e relato em uma História singular-coletiva), que se tornou dominante a partir de meados do século XVIII, ao invés do termo “história” (que designava os relatos exemplares que compunham histórias, no sentido plural), como mostrou Koselleck (2006), não está bastante difundido, hoje, em todo o espaço que compreende a História ocidental cristã?

⁶ Sobre os manuais de ensino de História, apesar de Pesez estar se referindo à realidade francesa, também acreditamos que isso pode ser verificado (com as devidas ponderações) em outros contextos nacionais, como no Brasil, por exemplo. Partindo do princípio de que, aqui, os chamados livros didáticos e paradidáticos de História são escritos tanto por historiadores que frequentam a Academia quanto por aqueles que concluíram o Curso de História e estão fora daquela, mas, que tomam como base para a escrita desses livros o mesmo contexto acadêmico de discussão de textos e autores em que ainda frequentavam os bancos universitários. Contexto este que, não podemos negar, é bastante influenciado pela realidade da Europa, em geral, e pela da França, em particular.

Vestígios materiais e construção da História

Para a discussão do potencial informativo da cultura material, direcionamos a contribuição da Arqueologia como disciplina voltada ao estudo da cultura material do passado no processo de construção da História, pois, segundo Pesez (1998), a Arqueologia e, mais precisamente, a cultura material, muitas vezes é relegada a um segundo plano, por parte dos historiadores. E como “um capítulo desprezado da história” (Pesez, 1998, p. 181), é abandonado “[...] à prateleira das curiosidades do bazar histórico” (Pesez, 1998, p. 182) e ao estudo dos povos exóticos. Por isso, antes de aprofundarmos o estudo da cultura material em si, vamos apresentar o que seria a Arqueologia. De acordo com Rahtz (1989, p. 9), ela é vista como

[...] o estudo da cultura material em sua relação com o comportamento humano [...]. Ela se ocupa também do ambiente em que o gênero humano se desenvolveu e no qual o homem ainda vive [...]. Assim, os arqueólogos estudam não apenas vasos e joias, templos e tumbas [...], mas também sedimentos de lagos, insetos, ossos de animais, excrementos e parasitos [...].

Rahtz (1989) acrescenta que, com a aproximação entre Arqueologia e ciências sociais nos últimos anos, a grande vantagem daquela em relação a estas, em geral, e à História, em particular, é que a Arqueologia

[...] pode trazer ao estudo do homem uma dimensão de tempo mais rica e ampla. A observação da mente de homens vivos [...] pode, até certo ponto, ser prolongada por fontes escritas, que são o domínio especial do historiador. Essas fontes, no entanto, só estão disponíveis no que se refere ao mais recente passado do homem – alguns milhares de anos no máximo [...]. O arqueólogo está preocupado com uma escala de tempo milhares de vezes maior [...] (Rahtz, 1989, p. 11-13).

Em relação aos interesses da Arqueologia, o autor destaca, ainda, que “o arqueólogo está interessado não apenas em eventos importantes, como os que foram registrados em documentos escritos, por exemplo, mas em todo o tecido social, das atividades dos caçadores-coletores às atividades dos habitantes das cidades [...]” (Rahtz, 1989, p. 15), fazendo predominar o seu caráter impessoal e a sua relação com sociedades e tendências, mais do que com indivíduos. Como percebemos, o autor faz uma crítica àquilo que chamamos de História tradicional, ou seja, à História baseada unicamente nos grandes homens e em

eventos importantes registrados em documentos escritos; em outras palavras, àquele tipo de História tradicional combatido pela escola dos *Annales* e pela corrente da Nova História. Por isso, quando fala de História e Arqueologia, Rahtz (1989) destaca que aquela é muito mais popular do que esta, porque, na História, as pessoas identificadas aparecem com muita frequência, e, além disso:

Não são apenas pessoas, mas pessoas “interessantes” como reis, generais, primeiros-ministros, ditadores e criminosos. [...] A maior parte das pessoas do passado que exerceram atividades de construção e cerâmica, jogaram lixo fora e foram enterradas, não integravam nenhum desses grupos. Eram cidadãos, os nove décimos ocultos [...] cujos próprios nomes são, em sua maioria, desconhecidos (Rahtz, 1989, p. 19).

Podemos dizer, entretanto, que historiadores e arqueólogos possuem atividades similares, pois, compartilham um mesmo objeto de estudo: o estudo das características e dinâmicas das sociedades, no passado e no presente (Funari, 1998). Assim, devemos considerar o documento representado na cultura material como um texto, com suas possibilidades de leitura e interpretação, mas que a atividade essencial da pesquisa não se estabelece tão somente a partir da reflexão interpretativa dos objetos recuperados e isolados em sua ordem estratigráfica, e sim na leitura do documento descoberto em seu contexto de uso ou de descarte (Leroi-Gourhan, 1979).

Desse modo, de acordo com o que anota Pesez (1998, p. 204), a Arqueologia também “pode ser considerada como a ciência dos objetos. Contudo, é claro, que o termo objeto seja estendido de maneira bastante ampla [...]. Além disso, através dos objetos é do homem que ela trata”. Isso significa que, ao revelar vestígios concretos, a Arqueologia fica mais à vontade no campo do material. É aí que ela atinge grande segurança, pois, fora da cultura material, a interpretação aumenta e, com ela, a relatividade dos resultados. Mas o que seria a cultura material em si? De acordo com o próprio Pesez (1998, p. 180-181),

A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isso designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também das estruturas socioeconômicas, as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens.

Segundo Rahtz (1989, p. 15), a cultura material encontrada nos vestígios arqueológicos possui “muitas

categorias de fontes, variando de pequenos artefatos (como um alfinete) a estruturas maiores (como o *Taj Mahal* ou *Stonehenge*) em conjunto com as paisagens onde foram encontradas ou sobrevivem”. Portanto, os vestígios arqueológicos são aqueles por meio dos quais os arqueólogos abordam o estudo das sociedades no passado, de forma que, ao proporem suas reconstituições, as evidências materiais das populações prevalecem de forma natural. Por isso, Bloch (s.d., p. 52) afirma que “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, o conhecimento da maior parte deles no presente, tem de ser [...] um conhecimento por vestígios”, e pergunta: “que entender por ‘documentos’ senão ‘vestígios’, isto é, a marca, perceptível pelos sentidos [...]?”. Ele também confirma a qualidade dos documentos materiais como documentos diretos.

Percebemos, contudo, que os textos e os documentos arqueológicos, mesmo aqueles mais nítidos em sua aparência, só podem “falar” quando sabemos interrogá-los. Nesse sentido, podemos afirmar que alguns aspectos materiais são considerados como documentos não monumentalizados da cultura; são registros que não passam pela intencionalidade ideológica do registro para o futuro, para a posteridade. Ao diferenciar os conceitos de documento e monumento, observa-se que “o monumento seria uma herança do passado cuja atual existência se deve a uma escolha efetuada pelas ‘forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade’”, ao passo que “o documento, representaria uma escolha feita ‘pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores’” (Lopez, 1996, p. 21). Assim, de acordo com Le Goff (1984, p. 536), podemos afirmar que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas [...] e o reenviar a testemunhos [...]”.

Dessa maneira, é possível dizer, como Samaran (*in* Le Goff, 1984, p. 540), que há “que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira”. Um alargamento que se torna realidade a partir dos anos 60 do século XX, levando a uma verdadeira revolução documental. Segundo Le Goff (1984, p. 542), essa revolução documental procura “promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear [...], ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua”. E assim, a revolução documental ultrapassa o tema do suporte material, isto é, com ela, tem-se a “ampliação do significado do documento para outros suportes além do papel escrito” (Lopez, 1996, p. 18). Além da consideração de que o “texto é mais frequentemente ‘monumento’ do que ‘documento’”, como enfatiza Zumthor (*in* Le Goff, 1984, p. 544-545), e da

percepção de que o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder.

Entretanto, ao contrário de Le Goff, que vê todo documento como monumento, consideramos que nem todo documento pode ser assim qualificado. Acreditamos que alguns vestígios materiais podem ser considerados como documentos não monumentalizados da cultura, na medida em que as pessoas se servem deles para resolver os problemas imediatos do cotidiano, como uma forma de satisfação pessoal e/ou grupal, de modo não intencional, portanto. Por isso, acreditamos que a diferença entre documento e monumento pressupõe o reconhecimento do observador. Este reconhecimento operado pelo observador determinará o que é documento e o que é monumento. Em outras palavras, a noção de documento não é determinada pela intencionalidade do registro, pois, não é um conhecimento *a priori*, mas *a posteriori*, posto que passa pelo reconhecimento do observador. Já o monumento, está subordinado a uma forma de institucionalização estabelecida pelo poder. Assim, podemos chamar a cultura material de documento do cotidiano, porque a sua produção não está condicionada a uma lei ou regra, além de conseguir, em especial, informar o cotidiano de um povo, ao contrário do documento normativo, o qual é condicionado por leis e normas, ou seja, pelo poder.

É possível apontar, dessa forma, a própria informação sobre os aspectos materiais da vida das civilizações antigas como uma das contribuições da Arqueologia para a História. Segundo Pesez (1998, p. 182), em grande parte, “essas civilizações antigas só nos são acessíveis através da arqueologia; e a arqueologia, por sua própria natureza, informa mais sobre os aspectos materiais da vida do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades”.

Outra contribuição da Arqueologia, diz respeito à casa do camponês medieval. De acordo com Pesez (1998, p. 185-186), sem as contribuições recentes, mas ainda limitadas, da Arqueologia, “nada se saberia da moradia do camponês medieval, [...] ou viveríamos de ideias preconcebidas que queriam dela fazer [...], na melhor das hipóteses, uma ‘choupana’, na pior um ‘barraco’ isolado e miserável!”. Por isso, sobre a intervenção do arqueólogo em cada época, Pesez (1998, p. 186) destaca também:

Quanto à Idade Média, com maior razão ainda quanto à Antiquidade, a intervenção do arqueólogo é essencial; e as coisas pouco mudam com os tempos modernos, em que, mais que documentos, esperam-se as informações de uma espécie de arqueologia ‘monumental’, baseada no estudo das casas antigas ainda existentes.

Uma outra contribuição é a de que a utilização das fontes arqueológicas possibilita ao historiador explorar as diferenças e contradições entre os vários tipos de fontes,

assim como fez Funari, em seu estudo sobre o Quilombo dos Palmares, no Brasil. Nesse estudo, contestou os relatos dos documentos escritos que pouco entendiam as motivações dos quilombolas, vistos como africanos que viviam aqui como antes tinham vivido na África. Nessa perspectiva, as fontes arqueológicas mostraram que a mescla cultural, pouco perceptível nas fontes escritas, foi determinante no assentamento.⁷

Além disso, as fontes arqueológicas da cultura material, de acordo com Funari (2006), podem fornecer indícios de conflitos e resistência, em geral subestimados pela literatura produzida pelos letrados, devido ao predomínio da leitura tradicional sobre determinado assunto. Exemplo disso, continua Funari, é o estudo apresentado por Leone e Fry (2001), no qual as fontes arqueológicas descobertas em fazendas escravistas norte-americanas contestaram a visão de que os escravos seguiam sem contestar as normas ditadas pelos senhores, quer dizer, ao descobrirem, nos cruzamentos das paredes das casas-grandes, objetos usados pelos africanos para prejudicar os donos da casa, como pó de cobra, unhas e cabelos que, segundo as crenças das religiões afro-americanas, tinham a capacidade de provocar doenças, enlouquecer, cegar, matar etc.

Destacamos, também, que a quantidade de informações que surgiram com as inscrições arqueológicas transformaram o próprio conceito de fonte histórica, que tinha nos documentos de arquivo e nas obras copiadas pela tradição textual, as duas grandes categorias de documento nas primeiras décadas do século XIX. De acordo com Funari (2006, p. 88):

As inscrições constituíram a primeira categoria substancial de fontes arqueológicas que passaram a determinar e influenciar, de maneira decisiva, a escrita da História, ainda no século XIX. A História do Egito antigo não se basearia mais apenas em Heródoto e outras fontes gregas da tradição textual, mas estaria calcada, acima de tudo, nas inscrições e manuscritos paleográficos egípcios vindos à luz graças à Arqueologia.

Dessa forma, para Funari (2006), até mesmo a periodização da História (e não mais só da Pré-História, podemos dizer), passou a ser tributária das fontes arqueológicas, de modo que, já no século XIX, as próprias categorias do historiador passaram a ser tributárias da Arqueologia.

Por último, apontamos como outra contribuição importante da Arqueologia, segundo Funari (1998, p. 12), o fato de a mesma ter se destacado em suas pesquisas

[...] fornecendo aberturas para a vida diária do povo e permitindo que se supere a parcialidade das evidências eruditas. Temas “invisíveis” na História escrita tornam-se acessíveis graças aos vestígios materiais, e as interações dinâmicas entre elites e não-elites [...], são questões comuns na arqueologia [...]. A “História dos que estão abaixo” e a História da cultura popular são desenvolvimentos recentes na historiografia, mas os arqueólogos estão muitíssimo conscientes de que a “História é escrita pelos vencedores” e que os grupos subalternos podem usar o passado arqueológico para sustentar, cientificamente, suas reivindicações, escrevendo a história da dominação e da resistência [...].

Ao ocupar-se, portanto, do estudo das práticas cotidianas, a Arqueologia, por meio das evidências materiais, desafia os artifícios utilizados pelas classes dominantes para mascarar as relações de poder, na proporção em que oferece aos grupos subalternos e explorados o resgate de seu passado arqueológico para estabelecer uma história da resistência em oposição a uma história da dominação. E, assim, tornando-os sujeitos de sua própria história, podem lutar por melhores reivindicações e melhorias de vida, resistindo à dominação estabelecida por aqueles que estão no poder.

Cultura material e práticas cotidianas

A relação entre a cultura material e as práticas cotidianas deve ser discutida como uma estratégia de aproximação com a História, de forma a abranger um contingente populacional mais amplo, tornando-os sujeitos de sua própria história, em sua cotidianidade/cotidianeidade. Ou seja, mostrar que “[...] a dignidade do estudo da vida material, proclama majoritária a história das massas”, invertendo os esquemas habituais e colocando “*prioritariamente* essas próprias massas em primeiro plano” (Pesez, 1998, p. 184, grifo do autor).

Desse modo, podemos começar a discussão dessas questões sobre o cotidiano, a partir do que é escrito por Del Priori (1997, p. 259), quando diz que vivemos “um tempo que reclama sem cessar o sensacional, o extraordinário, o exótico, se não, ao menos o diferente e o novo. Por isso mesmo, são imensas as dificuldades para nomearmos a complexidade”, e também a riqueza, que estão próximas de nós, permeadas pela aparente banalidade do cotidiano. Além disso, a autora segue destacando que, de um modo geral, se percebe que:

⁷ O estudo sobre Palmares está em Funari (2004).

De um lado, temos uma esfera onde se produzem bens e uma atividade produtiva, um lugar de transformação [...], onde se concentra tudo o que faz a História. De outro lado, temos uma esfera de “reprodução”, ou seja, de repetição do existente [...]. Um lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais: um lugar “privado” da História (Del Priori, 1997, p. 259).

Por isso, todo indivíduo inserido na esfera da reprodução acha-se sem ação, encontrando-se à margem do controle sobre as mudanças sociais e, também, do que consideramos como participação na História, exceto quando esse indivíduo está associado a um movimento de revolta coletiva. Já sobre o senso comum do cotidiano, Guarinello (2004, p. 21) diz que

[...] o cotidiano aparece quase como o perfeito oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes e alienantes [...], sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem efeito transformador. O cotidiano surge assim como refúgio da história, [...] dominado por estruturas que, ao contrário daquelas políticas, sociais, econômicas e, mesmo, culturais, [...] de nada seriam a causa eficiente. Trata-se [...] de uma história sem história.⁸

Analisando alguns estudos clássicos sobre o cotidiano, Guarinello (2004) enfatiza que, em termos gerais, tais estudos tendem a valorizar as ações individuais perante as circunstâncias da vida. Em sua análise, menciona autores como Henri Lefebvre, Michel de Certeau, Agnes Heller e Fernand Braudel. Para Guarinello, Lefebvre (1991) percebe o cotidiano apenas como um espaço de alienação, um produto do capitalismo, dentro do qual o homem não pode mudar seu mundo. Em outras palavras, diz Guarinello (2004, p. 22),

H. Lefebvre encara o cotidiano como um produto do capitalismo, como um espaço de alienação, de repetição, de imposição brutal sobre as estruturas da vida sobre indivíduos inconscientes e incapazes de agir e alterar seu mundo. Para Lefebvre, [...] a “cotidianidade”, mais do que o cotidiano, representa a derrota da ação humana eficaz sobre a história.

De fato, em Lefebvre (1991), podemos perceber que a vida cotidiana aparece como impureza, frente à supe-

rioridade da vida filosófica e reflete, assim, sua banalidade e sua falta de atividade criadora.

Guarinello (2004, p. 22) menciona também Certeau (1996) que, ao contrário de Lefebvre (1991), vê a ação cotidiana se estender para uma “[...] reivindicação do espaço e do valor [...] da individualidade numa sociedade cada vez mais massificada”. Na verdade, Certeau (1996, p. 38, grifo do autor) deixa claro que tem por objetivo “explicitar as *combinatórias de operações* [...] e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis)”, levando-o a propor a evidência da relação entre o indivíduo e a sociedade pela cultura material. Portanto, ao constarmos o que seja a “marginalidade de uma maioria”, para Certeau (1996, p. 44), concordamos que a figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa, que se tornou uma “maioria silenciosa”.

Outra visão que Guarinello (2004, p. 22) destaca é a de Heller (s.d.), a qual assume como mais produtiva, ao dizer que, para ela, “o senso comum se reproduz [...] através da repetição, [...] do cotidiano também podem surgir ações não cotidianas, criativas [...], sobretudo no campo das artes e das ações que quebram a rotina da vida”. Segundo a própria Heller (s.d., p. 17), a vida cotidiana é a vida de todos os homens, isto é: “Todos a vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho [...]. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade”. E continua, a vida cotidiana “não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico [...]. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam” (Heller, s.d., p. 20).

Guarinello (2004, p. 24) percebe a visão de Braudel como uma das poucas que aborda o cotidiano em relação à História, “mas o Braudel historiador das ‘estruturas’ do cotidiano: a demografia, o luxo, [...] a técnica [...]”. De fato, segundo Braudel (1997, p. 17), a “cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço”. Porém, continua ele, quanto mais “se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material [...]”.⁹ Assim, quando restringimos “o tempo observado a duas pequenas frações, temos o acontecimento ou a ocor-

⁸ Apesar de Guarinello (2004, p. 36, nota 1) dizer: “Para efeito de maior clareza, História (com H maiúsculo) representará, ao longo deste artigo, a disciplina científica, enquanto história (com h minúsculo) será empregado no sentido da história real, vivida”, o que está mencionado na última frase da citação acima, parece um pouco confuso. Por isso, preferimos seguir Koselleck (2006), onde História (com H maiúsculo) designa tanto o vivido (o acontecimento), quanto o relato, em uma História singular-coletiva; ao passo que história (com h minúsculo), designa mais os relatos exemplares de histórias plurais do que o acontecimento, o vivido. Ver nota 5.

⁹ Esse encurtamento do espaço de observação que leva à vida material pode contribuir, também, para o desenvolvimento dos estudos da Micro-História, como feito por Ginzburg (2006), por exemplo.

rência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura. Invade a sociedade em todos os seus níveis, caracteriza maneiras de ser e de agir desmedidamente perpetuadas” (Braudel, 1997, p. 17). Sua visão, segundo Guarinello (2004), guarda ainda a separação entre o tempo do cotidiano e o tempo do acontecimento, como se expressasse a oposição entre a História antiquária e erudita do século XIX e a História oficial, reproduzindo, de certa forma, a oposição entre Heródoto e Tucídides.¹⁰

Para Guarinello, apesar de um interesse crescente pela História do cotidiano, os historiadores vêm dedicando pouca atenção a esse tema e, principalmente, sobre seu verdadeiro lugar na História. E uma prova do início deste interesse pode ser a famosa coleção da Editora Hachette, na qual a

[...] ‘História antiquária’ opunha-se em suas origens à grande História [...]. A História do cotidiano se apresentava ali, como a História banal, do corriqueiro, do dia a dia [...]. Um pedaço da vida em que nada aconteceria [...], no qual nada mudaria [...]. Representou uma reformulação radical do ângulo de visão do historiador comum [...] pela valorização da realidade ‘banal’, da história de todos e de cada um, por oposição à grande História celebrativa dos grandes homens e dos grandes feitos (Guarinello, 2004, p. 23).

Como sublinha Del Priori (1997, p. 244 e 246), esta História do cotidiano e da vida privada não é uma abordagem nova, mas são os historiadores ligados aos *Annales* que vão recuperá-la e associá-la à necessidade de uma História antropológica, em que “o cotidiano e o estudo da vida privada são, essencialmente, uma maneira de abordar a história econômica e social”. Desse modo, continua a autora, vemos “como os problemas colocados pelo cotidiano não são ‘menores’ e que a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói no dia a dia de discretos atores que são maioria”.

Portanto, com o auxílio de Guarinello (2004, p. 25), podemos assinalar o seguinte, sobre a origem do termo cotidiano:

Na origem latina, quot dies é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo. É o que acontece em um dado dia, num tempo

brevíssimo, uma efeméride, e o que acontece todos os dias, portanto num tempo potencialmente longo. [...] “Pequenas” e “grandes” ações, o banal e o excepcional, a repetição e o único, a inércia e a transformação não existem em planos separados da existência, que é o cotidiano ou [...] o presente.

Com base nisso, Guarinello (2004, p. 25) percebe que o cotidiano pode ser visto como

[...] o espaço concreto de realização da história em todas as suas dimensões, a pública e a privada, a banal e a importante, a repetitiva e a transformadora. O cotidiano não é uma esfera particular da vida ou da história, ou uma espécie de massa inerte, que muda pouco ou não muda [...]. Não há porque pensar a história como duas instâncias separadas: uma física, concreta, porém imóvel e inconsciente, em que todos vivemos, e outra metafísica, mas ativa, eficaz, de onde proviriam as ações que mudam [...]. O acontecimento não é assim o inesperado, o imprevisível, não surge do nada, mas é um produto do cotidiano.

Por esse motivo, é importante mencionar, em relação às outras estruturas, de acordo com Guarinello (2004, p. 31), que:

Os objetos, o mundo material, são instrumentos significativos e simbólicos, que unem e diferem: sexo, idade, grupo ou classe, prestígio social, poder, honra, dignidade e preferências. [...] Como as demais estruturas, o mundo material é trabalho acumulado, passado, morto, que se apresenta a cada dia como limitante à ação, mas também como campo de possibilidades, como espaço de negociação.

Entretanto, esclarecendo esta visão sobre as estruturas do cotidiano, destacamos que a relação dos vestígios materiais com essas práticas cotidianas ocorre, em primeiro plano de estudo, por meio da abordagem teórica e metodológica da Arqueologia. Ao utilizar sua faceta histórica como exemplo, nota-se que a Arqueologia Histórica é responsável por recuperar as evidências de práticas habituais, comuns e anônimas, de acordo com Lima (1999, p. 191), na medida em que “la disciplina recupera las evidencias materiales [...] tan reveladoras de los aspectos inconscientes de una población [...]”, e, por isso, a forma como “esas prácticas sean problemamente

¹⁰ Com Tucídides a verdade torna-se a razão de ser do historiador e Heródoto passa a ser qualificado como efabulador, propenso à invenção para preencher as lacunas documentais (Dosse, 2003).

documentadas hace de la arqueología una fuente privilegiada de acceso a ellas”.

Para esclarecer, vejamos esse estudo de caso de Lima (1999), intitulado “Una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX”. Tal estudo destaca a introdução de um modo de vida burguês no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro do século XIX, que antecede a implantação da burguesia propriamente dita. Segundo Lima (1999, p. 190), um “espíritu burgués’ se fue instalando gradualmente en la sociedad esclavista Brasileña, teniendo con estímulo inicial la transferencia de la corte portuguesa a Brasil en 1808 [...]”. Além do mais, em 1822, a nova condição proporcionada pela independência política favoreceu, desse modo, “la diferenciación y el surgimiento de diversos sectores de una ‘burguesía’ en formación, que fue paulatinamente fortaleciéndose a lo largo del siglo”, estimulando o comércio interno e os serviços urbanos.

Mais adiante, Lima (1999, p. 191) acrescenta, sobre sua pesquisa, que a cultura material recuperada “fue considerada como altamente informativa de las actitudes, mentalidades y sensibilidades de sus agentes acumuladores [...]”, e estabelece que as mentalidades sofreram profundas mudanças nesse processo, onde se foram “alterando antiguas visiones del mundo e introduciendo nuevos estilos de vida”. Ainda segundo essa autora, a construção “de esta *sociedad disciplinaria*, iniciada en el siglo anterior, se intensifico y se consolido con el fortalecimiento de la burguesía”, influenciando as práticas de higiene corporal e o processo de ritualização das comidas (Lima, 1999, p. 201, grifo da autora).

Percebemos, nessa recuperação da informação disponível na cultura material, uma grande transformação nas formas de observação, já que se evidenciaram os domínios da vida cotidiana, ao se abrir a colônia ao mercado capitalista, com a invasão de novos objetos. Estes introduzem mudanças radicais no cotidiano da população, em que hábitos e gostos de consumidores emergentes, ávidos de uma identificação com a aristocracia, se modificaram consideravelmente. Assim, a Arqueologia descobriu práticas e atitudes muito diferentes das atuais, pois:

Es impensable en nuestros días que adornemos la tumba de un ser querido con a calaveras y murciélagos [...]. Más aún, que implantemos en el espacio social de nuestras residencias una vistosa escupidera destinada a aparar catarros vigorosamente expelidos delante de invitados, o aplicar sanguijuelas a nuestros cuerpos. [...] Esas formas de comportamiento, tan distantes y distintas de las actuales, insólitas a punto de despertarnos repulsión, están bien próximas en el tiempo y eram frecuentes en el día a día de la sociedad esclavista hace poco más de cien años (Lima, 1999, p. 231).

Em suas considerações sobre a Arqueologia Histórica, Funari (1999, p. 84) destaca que os arqueólogos que trabalham com esta, “son consciente de la utilidad de emplear tanto documentos escritos como excavaciones”. E continua: “como arqueólogo es difícil no notar que la ‘Arqueología puede seguramente, dar indicios sobre los procesos históricos que los documentos escritos simplemente no pueden dar’”. Além disso, segundo ele, a cultura material é usada por diferentes atores sociais tanto para controlar como para resistir ao poder, isto é:

Como resultado, el estudio del registro no escrito nos permite buscar los segmentos olvidados de la sociedad, como los pobres, nativos y esclavos. Usando al mismo tiempo, documentos escritos y no escritos, la Arqueología Histórica pretende recuperar la voz activa de las mayorías silenciosas. [...] Al ocupar-se de la vida de la gente común, sirve para desafiar la dominación que se establece por [...] las reglas de trabajo, que enmascaram las relaciones de poder (Funari, 1999, p. 84).

Em razão disso, acreditamos que, por intermédio da Arqueologia e do estudo das evidências materiais das populações, em conjunto com outras fontes, as práticas cotidianas são colocadas em primeiro plano, já que é no cotidiano que se constroem as condições de mudança histórica. Isto proporciona compreender as ações rotineiras dos atores anônimos, aprofundando a compreensão dos segmentos explorados da sociedade, tais como escravos, índios e camponeses. Por essa via, recupera-se a voz ativa das maiorias silenciosas, na medida em que se oferece o resgate da cotidianidade/cotidianeidade a partir da cultura material.

Representação e interpretação na cultura material

A relação entre representação e cultura material tem o seu caráter fundamental na memória e na identidade. Cabe aqui explicitar o que entendemos por representação e qual a sua dimensão teórica no presente estudo. Consideramos que a construção do conhecimento se realiza pela representação, vista como um modo de interação do ser simbólico com o real. Esta relação se constrói em três *locus* distintos e consecutivos, ou momentos do conhecimento, de acordo com a classificação de González de Gómez (1993): momento ontológico, gnosiológico e semiótico, respectivamente. No momento ontológico, a representação opera por intensidade qualitativa, na esfera do intelecto. O momento gnosiológico pode ser caracterizado pela cotidianidade/cotidianeidade da representação,

que ocorre na vivência prática da representação. Quanto ao momento semiótico, onde a base em que se forma a construção do conhecimento é o signo, percebe-se que:

O passo das filosofias da consciência às filosofias da linguagem e o conhecimento do signo do papel coadjuvante de instrumento a seu novo papel de locus do conhecimento pareceriam suturar a fenda que a modernidade instalara entre o objeto e o sujeito.

As novas premissas, que agregam no domínio do signo tanto as práticas heterológicas dos múltiplos sujeitos quanto a diversidade dos campos de construção do objeto do conhecimento, alegam também os domínios da questão da representação do conhecimento (González de Gómes, 1993, p. 220).

Com base nisso, podemos dividir o ato da representação em dois tipos fundamentais, de acordo com Santaella e Nöth (1998). O primeiro é a representação mental, que abarca as representações internas ao dispositivo do processo informativo, quando há processos intrasubjetivos de pensamento e memória que consubstanciam a formação da representação. O segundo se constitui pelas representações públicas, que são externas ao dispositivo informativo e se prendem à ocorrência do processo intersubjetivo, também de pensamento e memória, em que as representações de um sujeito afetam as de outro, mediante modificações em seus ambientes comuns. Nesse sentido, podemos falar que os elementos da cultura material são formas de representação pública, já que sua representação foi produzida em um espaço intersubjetivo e atua nas estruturas cognitivas daqueles que interagiram entre si.

A existência desse signo para o ser, no entanto, implica na existência de um conhecimento prévio, condição *sine qua non* para a ocorrência do processo de significação, embora se admita uma ligação, *a priori*, entre a coisa e o signo. Isso é admitido, considerando que a similitude não é dada na ordem natural das coisas, ou por uma posição *a priori*, mas pela imaginação daquele que representa (Foucault, 1992). Assim, a similitude parte como um caminho para a relação do homem com a natureza, já que dá origem aos sistemas de signos, abrindo um campo de conhecimentos concretos e, por conseguinte, das ciências empíricas.

Para Foucault (1992), a natureza se espelha na representação complexa, que, em si, é notada, também, como uma natureza complexa, porque passa para a esfera da *Taxonomia*, vinculando as formas mais simples à *Mathêsis*. Essas duas instâncias, de acordo com Foucault (1992, p. 87), se relacionam entre si, embora possuam métodos diferentes (originalmente, Foucault (1992) define que, para a *Taxonomia*, o método é a álgebra; para a *Mathêsis*,

é o signo). A *Taxonomia* pode ser vista como um sistema para a ordenação da natureza, embora se utilizem signos; e a *Mathêsis* é a ordenação das coisas da natureza em si, a essência da origem das coisas, seu fundo arqueológico (no sentido dado por esse filósofo, como busca de princípio e gênese do saber), mediante a ação dos signos. Aprofundando isso, Foucault (1992) observa uma dupla relação entre essas duas instâncias de derivação e de referência: a *Mathêsis* se configura como dada e estável, e a *Taxonomia*, que depende do contínuo, estabelecido pela cronologia, está em um constante *devenir*.

A inserção da História, no sentido do registro no tempo de um evento sociocultural, como um elemento do processo de representação/classificação, propicia à relação *taxonomia/mathêsis* inserir o signo em sua dinâmica e uso, em que ocorre a referenciação da memória. O significado, então, é construído com fundamento no uso que lhe é conferido e no contexto de seu usuário. Desse modo, ao passar pelo viés da individualização e particularização, a representação não é homogeneamente reduplicada, situação que lhe confere uma analogia com o conceito de Semiose Ilimitada, de Umberto Eco (1980). Esse fenômeno ocorre, segundo Santaella (1995), na esfera do interpretante, já que é

*[...] uma criatura do signo que não depende estritamente do modo como uma mente subjetiva, singular, possa compreendê-lo. O Interpretante não é ainda o produto da pluralidade de atos interpretativos, ou melhor, não é uma generalização de ocorrências empíricas de interpretação, mas é um conteúdo objetivo do próprio signo. O *devoir* do interpretante é, pois, um efeito do signo como tal e, portanto, depende do ser do signo e não apenas e exclusivamente de um ato de interpretação subjetivo (Santaella, 1995, p. 85).*

A mesma autora amplia a definição, quando enfatiza o seguinte:

É fato que, na grande maioria das definições formuladas por Peirce, a relação dos signos com o interpretante delinea-se porque o signo deve afetar uma mente (existente ou potencial) de modo a determinar (criar) algo nessa mente, algo esse que é chamado de interpretante. [...] É porque o signo representa o objeto que ele dispõe da capacidade de gerar um interpretante, de modo que esse interpretante, pela mediação do signo, é também mediadamente determinado pelo objeto (Santaella, 1995, p. 86).

Na busca de maior precisão e eficiência dos instrumentos de representação, procura-se eliminar os atritos

entre a linguagem e a coisa a ser representada por meio da construção de uma relação mais simétrica possível entre descrição e objeto e entre proposição de significado e representação que ela exprime. Tais deslocamentos, segundo Foucault (1992), ensejam a substituição progressiva ou da anatomia ou da classificação como mecanismos de representação e surgimento do conceito de caráter. Este conceito significa a identificação dos valores designativos e o espaço onde a designação ocorre, visando assegurar, no interior das ciências, a articulação entre a designação certa e a derivação controlada.

Assim, a cultura material torna-se, explicitamente, um referente de vínculos de identidade e se desloca no tempo em forma de memória, por meio de uma postura arqueológica sobre essas formas de representação, pois, com o advento da *New Archaeology*, o tema da representação ocupa um lugar de destaque dentro da teoria arqueológica e passa da mera descrição dos artefatos, em especial aqueles mais exóticos ou valiosos, para a constatação de que os artefatos resultam de comportamentos humanos (Binford, 1992). Com o desenvolvimento do pensamento arqueológico e sua afirmação como ciência, há uma volta gradativa aos aspectos relativos à representação, chegando-se a conjecturar que a natureza da Arqueologia está inserida na teoria da representação, a qual pode ser exemplificada pela *Arqueologia do Saber*, de Foucault (1987).

Contudo, é na instauração de uma perspectiva pós-positivista, na Arqueologia, que a representação assume seu papel como a etapa da pesquisa arqueológica privilegiada neste momento: a interpretação. Sob esse prisma, o estudo das representações da Arte Rupestre brasileira, por exemplo, está calcado na análise do próprio discurso dos arqueólogos sobre tais fenômenos estéticos. A partir dessa concepção, o registro arqueológico é visto não mais como algo passível somente de descrição, mas como testemunho que representa comportamentos culturais passados, os quais devem ser interpretados à luz do instrumental teórico disponível, para o entendimento da dinâmica sociocultural que os produziu. Para tal interpretação, esse registro é visualizado como um sistema simbólico, em um piso hermenêutico e semiótico, onde se aglutinam as vertentes simbólica, cognitiva e contextual (Gardin, 1992). E como tais, os artefatos, principalmente os sítios arqueológicos, podem ser considerados signos de condutas, regras, eventos e disputas de grupos sociais. Tais signos possuem a particularidade de apresentarem uma existência material, cristalizada no registro observado. É na materialidade desses signos, os quais são objeto dos diferentes procedimentos analíticos da Arqueologia, que se potencializa o acesso ao conhecimento arqueológico, mas:

Essa é uma estrutura fundamental do signo puramente formal? Sem dúvida não, desde que aparece como consequência de uma origem comum, a qual será chamada de função simbólica. [...] Para Hughlings Jackson, não apenas a linguagem, mas também a escrita e a pantomima são representações de comportamento; eles pertencem ao mesmo fundamento, o qual permite representar através de signos e imagens. Para Head, um tipo particular de comportamento existe, o qual é chamado de uma atividade de expressão simbólica e formulação, na qual um símbolo, linguístico ou não, está presente em todo o processo entre o início e a execução de um ato; dentro dessa categoria de atividades são identificados comportamentos como linguagens e escritas diversas, assim como o cálculo, a música, planos e itinerários, projetos, dados e etc (Molino, 1992, p. 17).

A partir de uma ótica fundamentada na noção de *função simbólica* das expressões materiais da cultura, dada pela perspectiva do campo situado no encontro da semiótica e da hermenêutica, os estudos sobre o caráter representacional da Arqueologia são divididos em várias tendências de cunho teórico-paradigmático, em um nível metateórico, segundo Gardin (1992, p. 87). Para ele, essas tendências são identificadas com base em características fundamentais, dentro de uma abordagem semiótica da Arqueologia. E assim, este autor identifica a Corrente Estruturalista, a Tendência Logicista, a Tendência Hermenêutica, as Ciências Cognitivas, a Prática Epistemológica, bem como as relações entre elas e seu papel frente à interpretação da informação do registro arqueológico.

A informação pode se apresentar de várias formas e com diferentes naturezas, desde as mais informais técnicas, passando pelas formais, até as interpretativas. Por isso, os fenômenos arqueológicos possuem diferentes fontes de informação, as quais podem ser agrupadas quanto à origem: técnica, temática, estética, espacial e relacional. Nesse sentido, podemos considerar como elementos formadores da cultura material todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem (Azevedo Netto, 2004a). Sob esse prisma, entende-se a cultura material como o conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto no sentido material como no simbólico, como um reflexo da cotidianidade/cotidianeidade – conforme entendido por Certeau (1996).

Todos os níveis de informação que os artefatos que compõem a cultura material carregam em si têm como principal objetivo alcançar outro nível de informação. Este nível informacional, além de relacionar, classificar, identificar e interagir em diferentes esferas da vida de seus produtores, procura atingir as facetas sociocultu-

rais produtoras desses discursos. E como reconstituição histórico-antropológica de marcos culturais do passado, assume abordagens diferenciadas. A primeira se relaciona aos marcos que constituem a referência direta dos que nos precederam no tempo e no espaço e que dividiam, ou não, os mesmos espaços e tempos históricos, constituindo nosso marco de identidade. É o que mostra Azevedo Netto *at al.* (2007) acerca da cultura material presente nas territorialidades das populações pré-históricas do Cariri paraibano.

A segunda remete aos registros de povos (que também não têm um passado em comum com o do observador), mas que dividiam os mesmos espaços e tempos históricos, e que constituem um marco identitário na formação de cidadãos. Dessa forma, a cultura material quilombola serve de referência na construção da identidade cultural de seus descendentes, como mostrou Azevedo Netto (2004b). Já para um passado mais recente, ao ocuparmos-nos do estudo das pessoas comuns e anônimas em suas práticas cotidianas, ultrapassamos a oposição entre detentores e excluídos da História e atingimos uma outra entre dominadores e explorados. Procedendo desse modo, estamos seguindo uma terceira abordagem, a qual procura saber o que a História significou realmente para o explorado, conforme Pesez (1998).

Portanto, o que estamos enfatizando é a importância de se estudar as fontes materiais (quando houver e for possível), em conjunto com outras fontes, como as escritas, por exemplo, a fim de dar voz às pessoas comuns/anônimas e exploradas/subalternas.¹¹ Estas são, verdadeiramente, a imensa maioria da população e se encontram excluídas do poder, mas não da História, onde sempre estiveram e continuam imersas. Ou seja, são as massas silenciosas de Pesez (1998), as massas dormentes de Vovelle (1998), as massas anônimas de Le Goff (1998) e as maiorias silenciosas de Funari (1999).

Referências

- AZEVEDO NETTO, C.X. de. 2004a. Memória e identidade: a representação através da cultura material. *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, VIII(19):13-24.
- AZEVEDO NETTO, C.X. de. 2004b. Educação patrimonial e identidade: a memória dos quilombos. *Temas em Educação*, 13:67-82.
- AZEVEDO NETTO, C.X. de.; KRAISCH, A.M.P. de O.; ROSA, C.R. 2007. Territorialidade e arte rupestre: inferências iniciais acerca da distribuição espacial dos sítios de arte rupestre na região do Cariri paraibano. *Revista de Arqueologia*, 20:51-66.
- BINFORD, L.R. 1992. *Debating archaeology: Studies in Archaeology*. 9ª ed., San Diego, Academic Press, 534 p.
- BLOCH, M. [s.d.]. *Introdução à história*. Lisboa, Publicações Europa-América, 175 p.
- BRAUDEL, F. 1997. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo, Martins Fontes, vol. 1, 542 p.
- BURKE, P. 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 354 p.
- CADIOU, F.; COULOMB, C.; LEMONDE, A.; SANTAMARIA, Y. 2007. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 254 p.
- CERTEAU, M. de. 1996. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, vol. 1, 350 p.
- DEL PRIORI, M. 1997. História do cotidiano e da vida privada. In: C.F. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Imago, p. 259-274.
- DOSSE, F. 2003. *A história*. Bauru, Edusc, 326 p.
- ECO, U. 1980. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo, Editora Perspectiva, 282 p.
- FOUCAULT, M. 1987. *A arqueologia do saber*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 236 p.
- FOUCAULT, M. 1992. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. 6ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 407 p.
- FUNARI, P.P.A. 1998. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: P.P.A. FUNARI, *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas, UNICAMP/IFCH, p. 7-34.
- FUNARI, P.P.A. 1999. Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del Cimarrón Palmares, Brasil, siglo XVII. In: A. ZARANKIN; F. ACUTO (eds.), *Sed Non Satiata: teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, p. 77-96.
- FUNARI, P.P.A. 2004. Conflicto e interpretación in Palmares. In: P.P.A. FUNARI; A. ZARANKIN (eds.), *Arqueología Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI*. Bogotá, Uniandes, p.11-29
- FUNARI, P.P.A. 2006. Fontes arqueológicas. Os historiadores e a cultura material. In: C.B. PINSKY (org.), *Fontes históricas*. 2ª ed., São Paulo, Contexto, p. 81-110.
- GARDIN, J.-C. 1992. Semiotic trends in archaeology. In: J.-C. GARDIN; C.S. PEEBLES (eds.), *Representations in Archaeology*. Bloomington/Indianápolis, University of Indiana, p. 87-104.
- GINZBURG, C. 2006. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 255 p.
- GONZALÉZ DE GÓMEZ, M.N. 1993. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, 22(3):217-222.
- GUARINELLO, N.L. 2004. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*, 24(48):13-38.
- HELLER, A. [s.d.]. *O cotidiano e a história*. 4ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 121 p.
- KOSELLECK, R. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 368 p.
- LEFEBVRE, H. 1991. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 216 p.
- LE GOFF, J. 1984. Documento/Monumento. In: J. LE GOFF (org.), *Memória-História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 1, p. 535-549.

¹¹ Alertamos, porém, que todas as fontes, tanto as escritas quanto as de outros tipos (como as fontes materiais, por exemplo), são indispensáveis para o ofício do historiador e se complementam. Além disso, é a pesquisa histórica que será realizada que vai tornar um tipo ou outro de fonte mais complementar ou mais importante.

- LE GOFF, J. 1998. A história nova. In: J. LE GOFF (org.), *A história nova*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, p. 25-64.
- LEONE, M.P.; FRY, G.-M. 2001. Spirit management among Americans of African descent. In: E.C. ORSER JR. (ed.), *Race and the Archaeology of Identity*. Salt Lake City, The University of Utah Press, p. 143-167.
- LEROI-GOURHAN, A. 1979. Os caminhos da história antes da escrita. In: J. LE GOFF; P. NORA (orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, p. 89-98.
- LIMA, T.A. 1999. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Río de Janeiro del siglo XIX. In: A. ZARANKIN; F. ACUTO (eds.), *Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, p. 189-238.
- LOPEZ, A.P.A. 1996. Documento e História. In: J. MALERBA (org.), *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, Papirus, p. 15-36.
- MARTINS, W. 1996. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo, Ática, 549 p.
- MOLINO, J. 1992. Archaeology and symbol systems. In: J.C. GARDIN; C.S. PEBBLES (eds.), *Representations in Archaeology*. Bloomington/Indianápolis, University of Indiana, p. 15-29.
- PACHECO, L.S. 1995. Informação enquanto artefato. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 1(1):20-24.
- PESEZ, J.-M. 1998. História da cultura material. In: J. LE GOFF (org.), *A história nova*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, p. 177-213.
- RAHTZ, P. 1989. *Convite à arqueologia*. Rio de Janeiro, Imago, 187 p.
- RÉMOND, R. 1996. Uma História Presente. In: R. RÉMOND (org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, p. 13-36.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. 1998. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo, Iluminuras, 224 p.
- SANTAELLA, L. 1995. *A teoria geral dos signos: semiose e autogeração*. São Paulo, Editora Ática, 199 p.
- SOUZA, A.J. de. 2005. *A importância da Arqueologia na construção da História*. João Pessoa, PB. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 59 p.
- VOVELLE, M. 1998. A história e a longa duração. In: J. LE GOFF (org.), *A história nova*. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, p. 65-96.

Submetido em: 27/04/2009

Aceito em: 14/01/2010

Carlos Xavier de Azevedo Netto
Universidade Federal da Paraíba
Campos I, Conjunto Humanístico, Castelo Branco
58051-970, João Pessoa, PB, Brasil

Amilton Justo de Souza
Universidade Federal da Paraíba
Campos I, Conjunto Humanístico, Castelo Branco
58051-970, João Pessoa, PB, Brasil